



10852486

08011.000022/2020-12



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP

COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA – CT-CGE

01ª/2020 REUNIÃO

DATA	21/01/2020	
LOCAL	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Edifício Sede, 3º Andar, Sala 304	
PARTICIPANTE	NOME	UNIDADE

1	Alfredo José de Souza Junqueira	PF
2	Gelson M. de Mello	AECI
3	Andreia Prima Olivo	DEPEN
4	Camila Rodrigues Marques	SEOPI
5	Celso Pereira Salgado	DTIC
6	Rafael Cerqueira	SPO
7	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
8	Leonardo Bueno de Melo	DTIC
9	David de Lima Freitas	CGOF
10	Fabio Sabala de Aguiar	SEOPI
11	David Menegon	CGOF
12	Fernanda Carvalho Andrade Campos	FUNAI
13	Glauberto Antonio	CGOF

14	Henrique César de Jesus Picoli	AN
15	Leonardo Antonio	SENACON
16	Gabriel Mendes dos Santos	CGGE
17	Lucas Aleksandro R. Pinheiro	CGGE
18	Priscilla Oliveira	SENASP
19	Rafael Lucas Correa de Melo	PRF
20	Suellen Carol da Costa Sousa Moreno	SENAJUS
21	Wellington Soares Gonçalves	PF
22	Fabiano Brandão	CGGE

Pauta	1) APRESENTAÇÃO INICIAL: <ul style="list-style-type: none"> • DESAFIOS E EXPECTATIVAS PARA 2020 2) POLÍTICAS PÚBLICAS:
-------	--

- CRONOGRAMA DE APRESENTAÇÕES – DETALHAMENTO DAS POLÍTICAS
 - POLÍTICAS PÚBLICAS DA FUNAI
 - ATUALIZAÇÃO DA CARTEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
 - MONITORAMENTO

3) INFORMES GERAIS:

- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2019 (ENCERRAMENTO)
- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2020-2023

1. O Sr. David, Subsecretário de Planejamento e Orçamento - Substituto, abriu a 1ª Reunião da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica – CT-CGE no ano de 2020 e agradeceu a presença dos participantes, além de elogiar o trabalho realizado pela comissão ao longo do ano de 2019.
2. O Sr. David informou aos presentes sobre o início do ano orçamentário, com seus objetivos e desafios, e destacou sobre a importância da correta utilização das rubricas para cada tipo de despesa, além do acompanhamento da execução orçamentária das políticas públicas que será realizado ao longo de 2020.
3. Em seguida, conforme pauta da reunião (SEI nº 10854116), enfatizou sobre os avanços obtidos em relação ao aperfeiçoamento da Carteira de Políticas Públicas em 2019 e informou que a Casa Civil da Presidência da República, inclusive, teceu elogios ao Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP em relação ao trabalho desenvolvido no órgão sobre o tema. Ainda, explanou aos presentes a respeito da viabilidade de desenvolvimento de um Painel Gerencial, para fins de monitoramento da Carteira de Políticas Públicas, cuja construção deverá ocorrer de maneira conjunta com os membros da CT-CGE.

4. Conforme previsto na pauta da reunião, o Sr. David apresentou o cronograma (aprovado em 2019 pela CT-CGE) para apresentação do detalhamento das políticas públicas, por unidade, que ocorrerá ao longo do calendário de reuniões da CT-CGE em 2020. Após a explanação, passou a palavra para a Sra. Claudete Trapp, Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional – CGGE, que prestou orientações aos presentes quanto ao escopo da apresentação do detalhamento das políticas, conforme os seguintes aspectos: contextualização da política pública; abordagem objetiva dos formulários de detalhamento; principais dificuldades encontradas na aplicação dos formulários; e críticas e sugestões em relação à aplicação dos formulários. Ademais, apresentou sugestão de redução do tempo das apresentações para 20 minutos, no intuito de otimizar o tempo previsto das reuniões da comissão bem como evitar a realização de reuniões extraordinárias para tal finalidade.

5. A proposta de redução do tempo de apresentação do detalhamento das políticas para 20 minutos, sem a necessidade de reunião extraordinária, foi levada à deliberação dos membros presentes pelo Sr. David, tendo sido aprovada por unanimidade.

6. Em relação à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, a Sra. Claudete informou que a relação das políticas da unidade foi enviada ao MJSP no dia 20/12/2019 pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Tendo em vista a necessidade de realização de ajustes antes de submetê-las à CT-CGE (a exemplo dos Planos Orçamentários relacionados), a carteira de políticas da FUNAI tem previsão de ser submetida à CT-CGE em reunião prevista para ocorrer no dia 18/02 e, posteriormente submetida à validação do Comitê de Gestão Estratégica – CGE.

7. A Sra. Claudete informou que está prevista para a próxima reunião da CT-CGE a apresentação de outras atualizações da carteira, também para validação dos membros, que envolverão a vinculação das políticas com os projetos do planejamento estratégico - PE 2020-2023; o Plano Plurianual, de mesma vigência do PE; os planos orçamentários vinculados à Lei Orçamentária Anual – LOA 2020; e, por fim, com os macroprocessos da cadeia de valor do MJSP.

8. Em seguida, a Sra. Claudete apresentou os informes do Planejamento Estratégico - PE e destacou a necessidade do envio dos termos de encerramento dos projetos estratégicos de cada unidades do MJSP, relativo ao ciclo 2015-2019, até o dia 29/01/2020. Ademais, também informou aos presentes sobre a revisão do Planejamento Estratégico, ciclo 2020-2023, que será pauta da Reunião de Avaliação da Estratégia -RAE, prevista para ocorrer no fim de fevereiro ou início de março do presente ano no âmbito do CGE. Ainda, informou que o prazo final para os pontos focais do PE 2020-2023 enviarem os ajustes nos cronogramas dos projetos estratégicos aprovados é até o dia 31/01/2020. Em complemento ao informado pela Sra. Claudete, o Sr. David destacou que o prazo repactuado para envio dos ajustes no PE 2020-2023 restringe-se apenas para as unidades que não os enviaram, tendo em vista que o prazo inicial estabelecido para o envio dos ajustes foi a partir do dia 06/01/2020.

9. A Sra. Camila Marques, representante da Secretaria de Operações Integradas – SEOPI, questionou sobre como se dará o monitoramento das políticas que já foram detalhadas em 2019. A Sra. Claudete informou que será enviado um *e-mail*, após o término da reunião, com os prazos para apresentação dos relatórios de monitoramento de tais políticas.

10. O Sr. David informou aos presentes sobre a situação do Plano Plurianual 2020-2023 que impactou a FUNAI com a criação de 01 (um) programa sobre a temática indígena pelo Congresso Nacional. Frisou, também, que meta proposta para o programa, relativa ao cumprimento de 100% das ações fomentadas pela FUNAI, pode gerar dificuldades quanto ao seu atingimento, sendo necessária a devida interlocução com os representantes da FUNAI o mais breve possível.

11. A Sra. Priscila Oliveira, representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, questionou se os Planos Orçamentários no orçamento de 2020 são os mesmos do ano de 2019. O Sr. David informou que irá convocar reunião com o Sr. Conrado Flores, Coordenador de Orçamento e Finanças da SENASP, para tratar do assunto. Disse, ainda, que a ideia é manter os Planos Orçamentários previstos na carteira de Políticas Públicas, caso não seja possível, a carteira deverá ser atualizada como novos planos orçamentários.

12. Por fim, ainda sobre o PPA 2020-2023, a Sra. Claudete informou que a meta relativa à quantidade de operações, dobrada pelo Congresso Nacional em relação à proposta inicial do MJSP, poderá ser revista. Porém, será necessário realizar interlocução junto à Secretaria de Orçamento Federal – SOF para discussão sobre a viabilidade de tal ajuste.

13. A Sra. Priscila Oliveira questionou se há previsão de continuidade do monitoramento relativo ao relatório “dias de governo”, solicitado pela Casa Civil no ano de 2019. A Sra. Claudete informou que provavelmente o MJSP continuará sendo demandado sobre este tipo de relatório da Casa Civil, inclusive, citou que o relatório de 400 dias de governo encontra-se em processo de aprovação pelo Gabinete do Ministro – GM. A Sra. Claudete recomendou que as unidades mantenham as informações dos projetos estratégicos sempre atualizadas no sistema disponibilizado pelo MJSP, pois as mesmas são consideradas as principais fontes de consulta e posterior consolidação antes do envio à Casa Civil – CC/PR. Além disso, destacou a importância de manter as informações qualitativas dos benefícios gerados à sociedade sempre atualizados, tendo em vista ser objeto de demanda recorrente da CC/PR.

14. A Sra. Camila Marques questionou, ainda, se há previsão de inclusão dos pontos focais das unidades do MJSP no sistema Project de gerenciamento de projetos. A Sra. Claudete informou que após a realização da RAE os acessos serão concedidos e serão prestadas as devidas orientações e treinamentos aos servidores que irão operacionalizar o sistema.

15. A Sra. Claudete frisou da importância do cumprimento do prazo estipulado para o dia 31/01, relativo aos ajustes no PE 2020-2023, e alertou que, caso haja proposta de alteração nos projetos, que o cronograma reflita as suas entregas consideradas relevantes.

16. Concluída a pauta prevista e encerrados os questionamentos por parte dos presentes, o Sr. David encerrou a reunião e agradeceu a presença e participação de todos.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO NOGUEIRA BRANDAO**, Chefe da Divisão de Planejamento, Processos e Apoio à Governança, em 31/01/2020, às 17:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Claudete Terezinha Trapp, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**, em



31/01/2020, às 18:07, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID MENEGON**, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor, em 03/02/2020, às 19:16, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CELSO PEREIRA SALGADO**, Analista Técnico(a) Administrativo(a), em 04/02/2020, às 07:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Henrique César de Jesus Picoli**, Usuário Externo, em 04/02/2020, às 09:07, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILLA RODRIGUES MARQUES**, Coordenador(a) Administrativo(a) da DINT, em 04/02/2020, às 09:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Sabala de Aguiar**, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria de Operações Integradas, em 04/02/2020, às 10:08, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Prima Olivo**, Agente Federal de Execução Penal, em 04/02/2020, às 11:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA OLIVEIRA**, Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação, em 04/02/2020, às 14:11, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Suellen Carol da Costa Sousa Moreno**, Chefe da Divisão de Projetos, em 04/02/2020, às 17:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo José de Souza Junqueira, Usuário Externo**, em 05/02/2020, às 14:20, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bueno de Melo, Coordenador(a)-Geral de Gestão de Governança de TIC**, em 05/02/2020, às 18:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Mara Guaglianoni Neto, Coordenador(a)-Geral do Centro Integrado de Comando e Controle Nacional**, em 07/02/2020, às 16:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 21/02/2020, às 10:49, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Christiane Maranhão de Oliveira, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 28/02/2020, às 16:55, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **10852486** e o código CRC **864D07C8**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.